

LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Criação, Regulamento e Composição do Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade e da outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas constitucionais e regimentais atribuições, em especial o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Itapema, promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DOS OBJETIVOS, DAS ATRIBUIÇÕES E PRINCÍPIOS

Art. 1º Fica instituído o Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, sendo um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo, propositivo e fiscalizador, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, considerando componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se como parte integrante da Gestão Urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana, visando à articulação das políticas e ações locais e entre os entes federados.

Parágrafo único. A atuação do ConCidade demonstrará um potencial na construção de um espaço de pactuação entre os diferentes interesses, defendidos pelos atores envolvidos, possibilitando proposições inovadoras e respostas concretas para enfrentar o desafio de construir um Município mais humano, justo e sustentável.

Art. 2º O ConCidade tem por objetivo acompanhar, estudar, analisar, propor e aprovar as diretrizes para o desenvolvimento urbano, visando à promoção, compatibilização e a integração do planejamento, das ações e de políticas de saneamento, ambiental, habitação, transporte, infraestrutura e mobilidade urbana, responsabilidade territorial, acompanhamento, revisão e avaliação da implementação do Plano Diretor Sustentável e suas Leis Complementares, sempre defendendo os princípios da transparência, publicidade, democratização e descentralização, fortalecendo a atuação das políticas de gestão e uso do solo urbano, habitação, saneamento ambiental, mobilidade e meio ambiente no Município de Itapema.

Art. 3º Da competência ao ConCidade:

I - Formular e coordenar a implementação das Políticas Públicas do Município previstas no Plano Diretor e suas Leis Complementares;

II - Debater e aprovar relatórios anuais de Gestão das Políticas Públicas elaborados pelo Poder Público Municipal;

III - Analisar e propor soluções para questões relativas à revisão e aplicação do Plano Diretor e suas

Leis Complementares;

IV - Debater e formular propostas de alteração da Lei do Plano Diretor e de suas Leis Complementares;

V - Acompanhar a execução dos planos, programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental;

VI - Debater e propor diretrizes para áreas públicas municipais;

VII - Debater e formular propostas sobre projetos de Lei de interesse urbanístico;

VIII - Dirimir as dúvidas que lhe forem formuladas pelo Executivo Municipal e aprovar resoluções com orientações normativas para aplicação da legislação urbanística municipal com base no Plano Diretor e suas leis complementares;

IX - Assessorar o Executivo e o Legislativo Municipal em assuntos relativos ao Plano Diretor, parcelamento, zoneamento e uso do solo, propondo a adequação das diretrizes urbanísticas face a dinâmica de desenvolvimento do Município;

X - Sugerir ao Executivo Municipal medidas que tornem eficazes as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor do Município;

XI - Emitir pareceres sobre a ocupação e o desenvolvimento urbano com base na legislação urbanística vigente e nas diretrizes e políticas de uso do solo;

XII - Propor atualização da legislação urbanística com objetivo de orientar e ordenar as tendências de crescimento, sempre com base nas diretrizes expressas no Plano Diretor;

XIII - Orientar e proteger a comunidade contra atos particulares individualizados, ou de grupos, que venha contra os interesses e bem estar da população;

XIV - Opinar sobre estudos e propostas de ocupação urbana referente a projetos públicos ou privados apresentados e efetuar ou solicitar análise de suas possíveis consequências na estrutura urbana;

XV - Analisar e deliberar sobre os usos permissíveis e casos omissos;

XVI - Analisar e deliberar sobre os recursos interpostos às decisões do organismo municipal competente sobre as questões relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo;

XVII - Decidir onde e como aplicar os recursos constantes no Fundo Especial de Outorga Onerosa do direito de Construir Adicional - FEOODC;

XVIII - Elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§ 1º Além das competências elencadas no "caput" deste artigo e de outras estipuladas por Leis, o ConCidade terá também as seguintes atribuições:

I - Auxiliar o poder público na promoção de políticas de desenvolvimento que permitam que o cidadão possua trabalho digno, e com seu trabalho possa ter acesso à moradia, transporte, educação, mobilidade urbana, meio ambiente e saúde para si e sua família;

II - Propor e debater diretrizes, por meio de pareceres, normativas, resoluções para implantação de

programas a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal, relacionados à Política Urbana e Ambiental do Município;

III - Emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;

IV - Auxiliar na promoção de mecanismos de cooperação, entre os governos da União, Estado, municípios vizinhos, e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano, educacional e tecnológico;

V - Elaborar seu regimento interno, contendo sua forma de funcionamento e dos Comites, bem como a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;

VI - Tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;

VII - Criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbano;

VIII - Garantir a continuidade das políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano do município;

IX - Monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano;

X - Convocar e organizar as Conferências da Cidade de Itapema, bem como, auxiliar e promover eventos de elucidação das problemáticas urbanas, rurais e ambientais que afetam o cidadão;

XI - Encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência da Cidade de Itapema;

XII - Dar publicidade e divulgar seus trabalhos e pareceres além do acompanhamento da aplicabilidade do Plano Diretor Sustentável;

XIII - Propor e/ou dirigir a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, Audiências Públicas ou cursos afetos à política municipal de desenvolvimento urbano;

XIV - Propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação sócio-espacial no município;

XV - Analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos, sendo os mesmos o Conselho da Cidade, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Meio Ambiente;

XVI - Avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sociais desde que plenamente justificados;

XVII - Avaliar previamente projetos de notório interesse público, na forma do seu Regimento Interno;

XVIII - Garantir a participação da sociedade nas discussões, devendo sempre haver articulação entre outros conselhos setoriais do Município.

§ 2º Em consonância com as resoluções a serem emitidas pelo ConCidade, prevista em suas

competências e atribuições, o Departamento de Engenharia e Arquitetura do Município homologará, no âmbito de suas competências, as matérias relativas à aplicação do Estatuto das Cidades e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano, sendo obrigatória sua adesão em qualquer esfera do Poder Executivo.

Art. 4º O ConCidade terá por finalidade:

I - Integrar e articular as políticas específicas e setoriais na área do desenvolvimento urbano, como planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento, ambiental, transporte, infraestrutura e mobilidade urbana;

II - Mediar os interesses existentes em cada local, constituindo-se em um espaço permanente de discussão, negociação e pactuação, visando garantir a democratização e a melhoria da qualidade de vida dos municípios;

III - Fortalecer os atores/sujeitos sociopolíticos autônomos;

IV - Consolidar a gestão democrática, como garantia da implementação das políticas públicas constituídas coletivamente nos canais de participação;

V - Compartilhar informações e as decisões, pertinentes à política de desenvolvimento urbano, com a população.

VI - Estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 5º Constituem princípios fundamentais e orientadores do programa de ação do ConCidade, a participação popular, a igualdade e justiça social, a função social da cidade, a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável:

I - O princípio da participação popular será exercido assegurando-se, aos diversos setores da sociedade, a oportunidade de expressar suas opiniões e participar dos processos decisórios, garantindo sua representatividade, diversidade e pluralidade;

II - O princípio da igualdade e justiça social será garantido através de medidas, métodos e procedimentos que objetivem a igualdade de acesso pela população às informações, aos equipamentos e serviços públicos;

III - O princípio da função social da cidade será aplicado pelo ConCidade observando-se o marco regulatório dos sistemas nacional e internacional de direitos referentes a:

- a) Moradia condigna;
- b) Mobilidade urbana;
- b) Qualidade do meio ambiente;
- c) Proteção de usufruto dos bens culturais e de lazer;
- d) Serviços de saúde e educação;
- e) Segurança pública.

IV - O princípio da função social da propriedade é aquele estabelecido no parágrafo 2.º, do Art. 182, da Constituição Federal combinado com o Art. 2.º e o Art. 43 Da Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001 (Estatuto da Cidade);

V - O princípio do desenvolvimento sustentável, entendido nesta Lei como o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ambiental e ecologicamente equilibrado.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º O ConCidade terá sua estrutura composta por:

- I - Plenário;
- II - Presidência e Vice-Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Comitês Temáticos;
- V - Grupos de Trabalho (temporários).

Parágrafo único. A função do membro do Conselho não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público.

Seção I Do Plenário

Art. 7º O Plenário do ConCidade - Conselho da Cidade de Itapema, órgão superior de decisão, será organizado obedecendo ao critério de 40% de representação do Poder Público Municipal e 60% de representantes da sociedade civil organizada, distribuídos entre Movimentos Sociais e Populares, Entidades Empresariais, Entidades Sindicais, Entidades Sociais, Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, Entidades Profissionais e Organizações Não Governamentais (ONGs), num total de 25 membros titulares e seus respectivos suplentes, com direito a voz e voto.

~~**Art. 8º** A representação do Poder Público Municipal (40%), será composta por 10 membros titulares e 10 suplentes, com direito a voz e voto, observando-se a seguinte distribuição e composição:~~

~~**Art. 8º** A representação do Poder Público Municipal (40%), será composta por 10 membros titulares e 10 suplentes, com direito a voz e voto, sendo o Secretário Municipal de Planejamento Urbano membro titular nato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

Art. 8º A representação do Poder Público Municipal (40%), será composta por 10 membros titulares e 10 suplentes, com direito a voz e voto, indicados por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo o Secretário Municipal de Planejamento Urbano membro titular nato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 108/2021)

~~I - Secretaria Municipal de Planejamento, (três vagas, sendo uma vaga, obrigatoriamente, sendo o Secretário); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~II - Secretaria Municipal de Finanças (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~III - Secretaria Municipal de Obras (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~IV - Procuradoria Jurídica (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~V - Secretaria Municipal de Saúde (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~VI - FAACI - Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~VII - Secretaria Municipal de Assistência Social (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~VIII - Secretaria Municipal de Educação (uma vaga); (Revogado pela Lei Complementar nº 108/2021)~~

~~§ 1º O (A) Secretário (a) de Planejamento será membro nato e presidirá o ConCidade. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

~~§ 2º Em caso de modificação da nomenclatura ou atribuições dos órgãos acima relacionados, assumirá a vaga no ConCidade o órgão cujas atribuições sejam afins. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

Art. 9º A representação da sociedade civil (60%) será composta por 15 membros titulares e 15 membros suplentes, organizados por segmentos, com direito a voz e voto, observando-se a seguinte disposição sendo:

I - 4 (quatro) membros representantes dos movimentos sociais;

II - 4 (quatro) membros representantes de Associações de bairros;

III - 2 (dois) membros representantes do setor empresarial, sendo no mínimo 1 (da indústria) e 1 (comércio e serviços);

IV - 2 (dois) membros representantes dos trabalhadores, por suas entidades sindicais;

V - 1 (um) membro de ONGs;

VI - 1 (um) membro de entidades profissionais;

VII - 1 (um) membro de entidades acadêmicas e de pesquisa.

§ 1º O Poder Público deverá cadastrar todas as entidades que tenham interesse em representar a sociedade civil no ConCidade e quando da composição do conselho, estabelecer os convites e regras para a escolha dos mesmos, via edital de convocação, deixando evidente quais entidades participarão na concorrência das vagas deste artigo.

~~§ 2º Cada representante deverá indicar também 01 (um) suplente, com exceção do Secretário de Planejamento. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

Subseção I Dos Representantes do Poder Público Municipal

Art. 10 Os representantes do Poder Executivo Municipal serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo dentre os servidores de cada órgão.

Art. 10. Os representantes do Poder Executivo Municipal serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 108/2021)

Art. 11. O representante do legislativo municipal será indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema.

Subseção II Dos Representantes da Sociedade Civil

Art. 12. A eleição dos membros da Sociedade Civil Organizada será convocada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e realizada durante a Conferência da Cidade de Itapema.

§ 1º A primeira eleição dos membros do conselho será realizada de acordo com os Artigos 9.º, 28 e 29 desta Lei.

§ 2º Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão eleitos pelos seus pares mediante processo coordenado por comissão eleitoral do Conselho da Cidade de Itapema.

§ 3º A coordenação eleitoral será realizada pelos Conselheiros, podendo para tanto, criar comitê temporário e específico para esta finalidade.

§ 4º Para eleição dos representantes da sociedade civil, será garantido direito a voto a todo e qualquer cidadão com título eleitoral, sem necessidade de pré-cadastramento;

Art. 13. Também integram o Plenário do ConCidade, com direito a voz e sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como outros ou profissionais técnicos para fins de esclarecimentos, sempre que da pauta constar tema de sua área de atuação ou interesse, e ainda poderão integrar:

I - 2 (dois) representantes de órgãos estaduais com atuação regional;

II - 1 (um) representante da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI;

III - 1 (um) representante da Federação Catarinense dos Municípios - FECAM;

IV - 2 (dois) representantes de órgãos federais com atuação regional;

V - 1 (um) representante do Observatório Social de Itapema;

VI - 1 (um) representante do Poder Legislativo;

VII - 1(um) representante de cada concessionária.

§ 1º Os representantes elencados nos incisos anteriores, serão indicados pela instituição que representam.

§ 2º As reuniões do ConCidade serão públicas e qualquer cidadão poderá assisti-la.

Subseção III do Mandato

Art. 14. O mandato dos conselheiros do ConCidade será de 03 (três) anos, sendo admitida recondução.

§ 1º As eleições deverão sempre ocorrer junto com a Conferência da Cidade de Itapema.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará por Decreto o processo eleitoral para a eleição dos representantes da sociedade civil.

Art. 15. O conselheiro perderá seu mandato se computada sua falta em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 05 (cinco) reuniões alternadas no mesmo ano.

§ 1º Não será computada a falta da entidade se o conselheiro titular se fizer representar pelo suplente.

§ 2º A perda do mandato de um conselheiro não implicará na perda do mandato da entidade representada que poderá indicar novos nomes de representantes, titular e suplente.

§ 3º A perda do mandato prevista nesse artigo não se aplica ao Secretário de Planejamento.

Art. 16. A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada não implicará na perda da vaga pela entidade, sendo obrigatória a substituição pelo suplente ou de nova nomeação do representante, no prazo de cinco dias, após desvinculação do membro eleito.

Subseção IV Das Reuniões

Art. 17. O Plenário do Conselho da Cidade de Itapema reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente de acordo com a necessidade.

§ 1º As reuniões do Conselho da Cidade de Itapema poderão ser acompanhadas por qualquer munícipe e a documentação decorrente das reuniões deverá ser publicada no portal eletrônico do Município de Itapema, no prazo de 15 (quinze) dias, após a sua realização.

§ 2º As datas, horários e pautas das reuniões serão disponibilizadas no portal eletrônico do Município para pleno acesso público com, no mínimo 10 (dez) dias de antecedência de sua realização.

Seção II

Da Presidência e da Vice-presidência

~~**Art. 18.** O Conselho da Cidade de Itapema será presidido pelo (a) Secretário de Planejamento, que será substituído, automaticamente, em suas ausências, pelo Vice-presidente.~~

Art. 18. O Presidente do Conselho da Cidade será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os representantes do Poder Público Municipal, e será substituído, automaticamente, em suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-presidente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 102/2021)

Parágrafo único. No caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 19. O Vice-Presidente do Conselho da Cidade de Itapema será eleito por maioria absoluta dentre os membros do Plenário para um mandato coincidente com o do ConCidade, podendo ser reconduzido.

Seção III

Da Secretaria Executiva

Art. 20. A Secretaria Executiva, constituída por servidor cedido pelo Poder Executivo Municipal, tem o objetivo de dar suporte administrativo e operacional, promovendo a viabilidade das atividades do Conselho da Cidade de Itapema.

Parágrafo único. A composição e competência da Secretaria Executiva serão definidas no Regimento Interno.

Seção IV Do Funcionamento Dos Comitês Técnicos

Art. 21. Os Comitês Técnicos integram a estrutura do ConCidade, tendo como objetivos, preparar as discussões, formular estudos, auxiliar e fornecer sugestões e embasamento técnico às decisões do Conselho, bem como acompanhar os trabalhos dos demais conselhos, secretarias e agências afins.

Art. 22. Além dos membros do ConCidade, poderão ser convidados a participar de reuniões dos Comitês Técnicos, sem direito a voto, representantes de segmentos interessados nas matérias em análise e colaboradores.

§ 1º O funcionamento dos Comitês Técnicos será definido no regimento interno do ConCidade;

§ 2º Poderão ser criados Grupos de Trabalho de caráter temporário formados por integrantes de mais de um Comitê Técnico;

Art. 23. O ConCidade contará com o assessoramento dos seguintes Comitês Técnicos:

- I - Habitação;
- II - Saneamento;
- III - Ambiental;
- IV - Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana;
- V - Infraestrutura.
- VI - Planejamento, Gestão e edificação do Solo Urbano;

Parágrafo único. Poderão ser criados pelo Plenário, outros Comitês Técnicos.

CAPÍTULO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 24. As audiências públicas, a serem convocadas pelo ConCidade, buscarão sempre favorecer a cooperação entre os Representantes da Sociedade Civil e o Poder Público Municipal, promover o debate sobre temas de interesse do Município e garantir o direito constitucional de participação do cidadão.

Parágrafo único. As audiências públicas assegurarão a participação de qualquer pessoa interessada pelo tema a ser tratado, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza.

Art. 25. A convocação das audiências públicas poderão ser requeridas:

I - Pelos membros do ConCidade através da maioria absoluta dos seus membros;

II - Pela sociedade civil, quando solicitada por, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores do município;

III - Pela(o) Chefe do Executivo em casos que dependam de deliberação do Conselho.

Parágrafo único. As audiências públicas só poderão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvados os casos excepcionais, justificados pelo Plenário do ConCidade, os quais não poderão ser menores do que 15 (quinze) dias.

Art. 26. Os requisitos para a convocação (publicação de edital) e realização das audiências públicas deverão constar do regimento interno do ConCidade.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. O Poder Executivo Municipal, assegurará a organização do ConCidade, fornecendo os meios necessários para sua instalação e funcionamento, mediante:

I - Dotação orçamentária e a autonomia ao pleno funcionamento do ConCidade;

II - Realização de processo contínuo de capacitação dos conselheiros;

III - Designação uma secretaria executiva, que deve ser a unidade de apoio do Poder público ao seu funcionamento;

IV - Garantir a participação dos conselheiros dos segmentos movimentos populares, Ongs e trabalhadores, nas atividades do ConCidade.

§ 1º Distribuir com antecedência de 30 (trinta) dias antes dos eventos, material referente às atividades que envolvem a participação comunitária, possibilitando a melhor participação dos representantes de entidades;

§ 2º Dar prioridade ao período noturno e final de semana para a realização de eventos com a participação dos atores sociais.

~~**Art. 28.** A primeira eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada será convocada, por ato do Chefe do Executivo, em até 1 (um) ano após a aprovação da Revisão do Plano Diretor.~~

Art. 28. A primeira eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, ocorrerá em conferência da cidade, a ser convocada por ATO do chefe do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 102/2021)

~~§ 1º Até que o Conselho da Cidade seja eleito, conforme estabelecido no "caput" deste artigo, caberá ao Colégio dos Delegados de Itapema para Revisão do Plano Diretor, eleitos na 1.ª Conferência Extraordinária de Itapema, em 11/08/2014, assumir a composição do Conselho da Cidade, extraordinariamente e transitoriamente, até o término da Revisão do Plano Diretor, especialmente para:~~

- ~~- I - Dirimir dúvidas que eventualmente surjam na aplicação da Lei de Revisão do Plano Diretor;~~
- ~~- II - Debater e elaborar propostas de ajustes a eventuais conflitos que a legislação vigente, demonstrar na sua prática;~~
- ~~- III - Atender ao estabelecido no Art. 3 da presente lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

~~§ 2º Findo o prazo de um ano, após a aprovação da Revisão do Plano Diretor, o Colégio dos Delegados se extingue, ficando excluída a possibilidade de extensão do mandato dos delegados e das funções extraordinárias do Colégio. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

~~§ 3º Na impossibilidade do delegado e do seu suplente, em assumir a vaga no Colégio de Delegados, descrito neste artigo, compete a este definir a forma de recompor a sua estrutura. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

Art. 29. A nomeação dos conselheiros representantes do Poder Público Municipal será feita juntamente com a divulgação do resultado da eleição citada no artigo anterior.

~~Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, nomeara os novos membros para ocuparem, as vagas destinadas ao Poder Público, para recompor o Colégio dos Delegados de Itapema, para Revisão do Plano Diretor, eleitos na 1.ª Conferência Extraordinária de Itapema, em 11/08/2014, nos termos do § 1.º do artigo anterior. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

~~**Art. 30.** O primeiro mandato dos membros do ConCidade encerrar-se-á quando da realização da Conferência da Cidade de Itapema em conformidade com as disposições do art. 28 desta Lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 102/2021)~~

Art. 31. O Regimento Interno estabelecerá as regras de funcionamento do ConCidade, que deverá ser aprovado pelo plenário em até 60 (sessenta) dias após sua instalação.

Art. 32. Os recursos destinados à manutenção do ConCidade de Itapema constarão de rubrica própria no Orçamento Municipal.

Art. 33. Altera o Art. 31 da Lei Complementar 11/2002, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 31. Fica criado pela Lei Complementar XX/2017 o Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade.

..." (NR)

Art. 34. Revoga os artigos 32 e 33 da Lei complementar 11/2002.

Art. 35. Altera o parágrafo único do art. 5.º, o §1.º e o §2.º ambos do art. 8.º, o § 3.º do art. 10, o § único do art. 12, o "caput" do art. 13, o "caput" do art. 34 e a observação constante no anexo "Tabela II 1/3", todos da Lei Complementar 11/2002, que passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 5º [...] Parágrafo único. Os limites entre as Zonas e Setores especiais indicados no Mapa de Zoneamento poderão ser ajustados pelo Executivo Municipal, ouvido o Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, quando houver necessidade de tal procedimento, com vistas a maior precisão dos limites ou para se obter melhor definição, considerando-se o sistema viário, a ocorrência de elementos naturais determinantes ou outros fatores condicionantes.

..." (NR)

"Art. 8º [...]

§ 1º Os Setores Especiais serão regulamentados por decreto do Executivo Municipal, levando em conta a Legislação existente e, enquanto não houver regulamento específico, tais atribuições serão exercidas pelo Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, que deverá considerar as características pecípuas de cada área.

§ 2º Por proposta da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, com o parecer do Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, novos Setores Especiais poderão ser criados com o objetivo de garantir uma estrutura urbana adequada de acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Itapema.

..." (NR)

"Art. 10. [...]

§ 3º [...]

I - [...]

II - [...]

III - [...]

IV - [...] Os usos permissíveis serão apreciados pelo Conselho da Cidade de Itapema ConCidade, o qual, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos nesta Lei, considerando:

..." (NR)

"Art. 12. [...] Parágrafo único. A nível de recurso ao Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, poderão ser liberados alvarás para reformas de edificações onde funcionem atividades comerciais, de serviços ou industriais já licenciadas, desde que fique comprovado que os direitos de vizinhança não estejam prejudicados e que, em prazo determinado não superior a 5 (cinco) anos, tais atividades serão transferidas para locais permitidos pela legislação pertinente.

..." (NR)

"Art. 13. A transferência ou modificação de alvará de estabelecimento comercial, de serviço ou industrial já em funcionamento poderá ser autorizada, ouvido o Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, desde que:

..." (NR)

"Art. 34. Na desapropriação de áreas destinadas à circulação de veículos e/ou pedestres ou na instituição de servidão de passagem para acesso às praias, poderá ser acrescido ao terreno atingido o potencial edificável referente à área desapropriada ou à servidão, à critério do Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade.

..." (NR) ANOTAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO TABELA II 1/3

"* No Bairro Canto da Praia, observar o Artigo 20 do Cap. IV A critério do Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, poderá ser adotado como alinhamento frontal dos prédios da Orla Marítima o alinhamento dos prédios existentes à esquerda e a direita da edificação em questão. Deverá ser apresentado levantamento topográfico com respectiva ART.

..." (NR)

Art. 36. Altera o artigo 394 da Lei complementar 08/2002, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 394. Os casos omissos neste Código serão avaliados pelo Conselho da Cidade de Itapema - ConCidade, sancionados pela Câmara Municipal de Vereadores.

..." (NR)

Art. 37. Revoga o inciso XXVI do § 1.º do Art. 16 da Lei nº 3182, de 05 de junho de 2013.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itapema, em 19 de setembro de 2019.

Sidinei Moacir Florencio
Presidente

Diário Oficial dos Municípios Edição: _____, pg. _____ Data: ____/____/____ Juliano de
Oliveira
Secretário de Administração

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 28/10/2021